

Gulliver e a Justiça

Sídnei Agostinho Beneti



“Percebi que os meus braços e pernas haviam sido fortemente amarrados ao solo, de ambos os lados; e que os meus cabelos, longos e bastos, se achavam presos da mesma forma. Senti igualmente que várias ataduras muito finas me envolviam o corpo desde as axilas até as coxas. Como só me fosse dado olhar para cima e o sol principiasse a esquentar, a sua claridade ofendia-me os olhos”

(SWIFT, “Viagens de Gulliver”).

É de Kafka, bacharel e escrevente, lúcida análise da justiça criminal pelo avesso, certo. Swift, descrevendo a imobilização de Gulliver durante o sono pelas liliputianas amarras, pintou o quadro do Judiciário.

O sensível antecipa o racional. Quanto trabalham o juiz e os funcionários? Mas o produto final, o concreto da justiça, é proporcional ao esforço? Qual dos juízes é tranqüilo em acionar pelo próprio direito? O ingresso de parente ou amigo em juízo não faz amargo o reencontro? A demora do processo não é tortura para o próprio juiz dele incumbido?

Eficientes e sistemáticas amarras tornam o judiciário Gulliver cravado ao imóvel e ao lento, a olhar o sol, a queimar-se no incenso da sacralidade do julgar, mas frustrada a maior rapidez e eficiência — a realização prática da Justiça.

Falta independência financeira e administrativa. Dotações são pedinchadas e reduzidas. A modernização aguarda os computadores virem em carros de bois. Mecanismos constitucionais e a lei da magistratura mostram-se inadequados em tanto. Mas não é só. Bandagens, grilhões, freios e o mais inventado para conter o fluxo até o resultado concreto fazem do serviço um exercício de conta-gotas.

Efícazes e poderosas, entre tantas, as cordas, amarras, redes, anzóis e visgos do processo. De fonte autônoma de bem valioso — a certeza jurídica — desbordando tanto em autônoma geração de males ... Sumidouro de direitos, secador de energias, verdugo do proclamado pela lei substantiva — perdão: lei material!

O abuso da abstração domina a prática do processo. A verdade tornou-se adjetivada “verdade formal”, expressão quase pecaminosa na boca dos justos. O objetivo do processo não é mais fazer justiça, mas “compor a lide”. Ah! Burocratas do direito alheio, enxadristas do processo a pôr o prazer lúdico

frustrado no dia-a-dia do trabalho com a justiça, transmudando-a em campeonato de frases de efeito esotérico ...

Quanto mal e quanta dor! Nas extinções de processos, no alargamento da denunciação demoníaca da lide, nas diligências de até nunca mais, nas sentenças ilíquidas mandando valores às favas do processo de liquidação por artigos, no precioso dos despachos iniciais, na cavilação dos competentes conflitos de incompetência, no inútil do reconhecimento de firmas inquestionadas, nas tertúlias de naturezas jurídicas-mortas!

Que processo é esse, que, pelo fascínio da lógica abstrata, boa no estudo científico, mas forasteira na prática, transforma o credor em réu nos embargos do executado e cria desvios de estação ferroviária de Dédalo, tirando do nada discussões incríveis como as de im/prescindibilidade de dar valor de causa à petição de defesa como ação autônoma, de des/necessidade de preparo de custas, de não/atuação de curador especial para o não/embargante (autor!) citado por edital ou com hora certa, de não haver sentença para rescindir no caso de execução de título falso contra revel? E tanto mais!

Ai de nós, juízes, acuados pela imprensa, pelo vizinho, pelo olhar dos em demanda, pelas pilhas de processos nas prateleiras, nas mesas de trabalho, no lar, mostrando olhos de piedade a pedir-nos um desfecho em cada despacho, a cobrar-nos inviável resgate rápido! Tangidos pela consciência ... Como já detectou a poesia: ... profissionais assinando papéis, papéis ... Até o fim do mundo, assinando papéis!

*Ai de nós, juízes, acuados pela
imprensa, pelo vizinho, pelas
pilhas de processos nas prateleiras...*

Os repertórios de julgados que enchem nossas estantes. Rigoletto! “Tanto dolor! Tanto dolor”! Gordos de decisões processuais, soberbas em minimizar o mérito da questão, o direito do fundo do problema. A mais alta Corte, às voltas com enxurrada de processos e recriminação por mais não aceitar: e quantas questões de pré-direito nas publicações!

Carnelutti, Chiovenda, Calamandrei, Liebman, Büllow, Wach, Sauer, Goldschmidt & Cia de Colonização Processual Nôni-ma e Anônima! Que fizestes de nós, que os trasladamos? Confessem: somos nós inadequados a vós? O processo na ambição teórica não é posto na prática de quem o exporta? Se usado, funciona? Quanto demora para cobrar um cheque sem fundos? Despejar o inadimplente? Tanger o Estado ao pagamento? Para cobrar alimentos? Pôr na cadeia o malfetor ou reconhecer presto a exigente inocência?

Entre tanto que amarra, esse processo asfixia. Exemplos de apressada caderneta de campo no início! Estafetas para tudo, como nos exércitos de Dario? Oficial de justiça levando papéis de mera comunicação, que o correio, o telex, o telefone e a própria parte e advogado podem entregar contra recibo? Intimar pessoalmente para extinguir processo vadio, em país de população mutante? Intimar o advogado criminal pessoalmente para cada ato, dando-lhe o poder de dizer quando pode realizar uma audiência ou deve começar um prazo? Quantos apensos, o milagre da multiplicação dos processos! E não se sabe de quem julgue, responsavelmente, um deles, sem ler todos, como se fossem volume único, perdida, entretanto, a confortável ordem cronológica! Venda judicial em hasta pública, evocando os tempos de “aos toques de clarins e trombetas”

e encerramento com a entrega do “ramo simbólico” antiecológico a desfolhar as árvores das praças fronteiras aos Fóruns! Economia medieval instalada no processo, navio a vela brincando de porta-aviões! Milagre da fragmentação dos instrumentos de fazer justiça: sabe-se quantos procedimentos especiais no cível? Contados, um a um, pelo menos 125! Quem pode controlar essa horda a voar vãos diferenciados nos cartórios — a qual, arredados os hábitos de criar ritos especiais devido à circunstância postiça da liminar e de organizar a realidade segundo a classificação teórica, secaria a uma dezena?

A enumeração esgotaria, sem, entretanto, esgotar-se ... Três audiências no processo criminal, para chegar a um julgamento? Narrar a mesma história no boletim de ocorrência, no relatório do delegado no inquérito, na denúncia do promotor? Ouvir a vítima, o réu e testemunhas pelo menos três vezes: na ocorrência, no inquérito e em juízo? Tortuoso sistema de quesitos no júri, quintessência de lógica pura esmaecendo os fatos, como se os jurados fossem os cidadãos Leibniz, Aristóteles, Kant e outros do mesmo sindicato da filosofia? Direitos processuais e substantivos sem aparelhamento e sem perspectiva de aparelhamento, dado o custo que nem as nações ricas podem suportar: exigências burocratizadas de exames tipológicos, sangüíneos, de cessação de periculosidade; laudos psicológicos para questões de menores de lares nivelados por baixo, sem sutilezas da mente, na pobreza bruta! Exames de acidentes do trabalho! Transporte de presos, falta de presídios, cadeias e sanatórios

*Bacharéis de todas as profissões
judiciárias, uni-vos! (...) A melhor hora
para mudança é sempre o agora.*

criminais, a impor a pródiga soltura precipitada e a imaginar mais humanas as penas de castigos corporais em praça pública do que o maltrato na prisão além da legal privação da liberdade! Assistência judiciária sem suficiência, a permitir o absurdo de questões remuneratórias e de organização de carreira fora do judiciário fazerem, sem remédio, parar o funcionamento da justiça criminal! Valor de custas alto, em sistema de Regimentos geralmente mais difíceis de ler do que a Constituição Federal Brasileira ou o Código Civil, alemão ...

Chega. Que isto é crítica e autocrítica, mas não tem direito de impor maior angústia que assim andar a vida! Nem Dido mandaria, em latim e no belo verso do Poeta, a mais renovar de dor ... Bacharéis de todas as profissões judiciárias, uni-vos! Não haverá muito tempo para prosseguir assim. Nos tribunais, nos livros, nas escolas, na imprensa, nos gabinetes dos promotores, nos parlamentos, nos presídios, na vida de todos, não está certo fazer assim. A melhor hora para mudança é sempre o agora. Quando o país tonifica a mudança, também a exigem os sofridos usuários desse serviço público peculiar chamado justiça.

Liberte-se Gulliver, para que, como na narrativa, possa ele trabalhar mais em prol da gente que o sustenta. Não, não se realize a ficção terrível de Wells e não venham os Morlocks, das profundezas da sociedade, para fazer do gigante imóvel o alimento da incontida ira!